Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PIONEIRAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE O INES E SEU LEGADO HISTÓRICO

THE ROLE OF PIONEER INSTITUTIONS IN DEAF EDUCATION: A LOOK AT INES AND ITS HISTORICAL LEGACY

Aldeni Barbosa da Silva
Doutor em Agronomia (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus II). Professor de Biologia do IFPB – Campus Esperança. E-mail: aldeni.silva@ifpb.edu.br

Emanuella Silveira Vasconcelos
Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil.
E-mail: emanuellasvasconcelos@gmail.com

Miquéias Ambrósio dos Santos
Mestrado profissional em Ensino de Ciências. Universidade Estadual de Roraima, UERR, Brasil.
Professor de Língua Brasileira de Sinais-Libras e Coordenador de Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR.
E-mail: miqueias.santos@ifrr.edu.br

Jonael Macedo Nascimento
Especialização em Docência do Ensino Superior de Libras, Faculdade Única, Brasil.
E-mail: jonaelmacedo4@gmail.com

Gabriel Antonio Ogaya Joerke
Doutorando em Sociologia no IUPERJ/UCAM, Brasil.
gabriel.joerke@gmail.com

Jelson Budal Schmidt
Mestre em Educação, Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil.
Docente na Faculdade Ielusc e na Faculdade Guilherme Guimbala, Joenville – SC.
E-mail: jelsonbudal@hotmail.com

Recebido: 15/07/2025 – Aceito: 23/07/2025

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o papel histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na construção das políticas e práticas educacionais voltadas à população surda no Brasil. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, baseia-se em autores consagrados dos Estudos Surdos e da pedagogia crítica, como Skliar, Strobel e Quadros, entre outros. O levantamento de dados foi realizado a partir de fontes acadêmicas, documentos institucionais e artigos científicos que abordam a trajetória do INES e os paradigmas da educação bilíngue para surdos. Os resultados indicam que o INES, apesar de ter sido por muito tempo influenciado por modelos oralistas e medicalizantes, tem se reinventado para promover uma educação bilíngue que valoriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a identidade cultural surda. A instituição exerce papel estratégico na formação docente, na produção de materiais pedagógicos e na formulação de políticas públicas, embora ainda enfrente desafios para a implementação plena desses avanços. Conclui-se que o INES representa um espaço de disputas epistemológicas e políticas, cuja trajetória reflete tanto práticas excludentes quanto possibilidades de transformação. O estudo contribui para ampliar a compreensão crítica da educação de surdos no Brasil e aponta caminhos para pesquisas futuras e práticas pedagógicas mais inclusivas e culturalmente respeitosas.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Libras; Educação Bilíngue.

Abstract

This article aims to analyze the historical role of the Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) in shaping educational policies and practices for the deaf population in Brazil. The qualitative bibliographic research is grounded in renowned authors from Deaf Studies and critical pedagogy, such as Skliar, Strobel, and Quadros. Data collection involved academic sources, institutional documents, and scientific articles addressing INES's trajectory and bilingual education paradigms for the deaf. Results indicate that, despite its past influence by oralist and medicalizing models, INES has reinvented itself to promote bilingual education that values Brazilian Sign Language (Libras) and deaf cultural identity. The institution plays a strategic role in teacher training, pedagogical material production, and public policy formulation, though challenges remain for fully implementing these advances. It is concluded that INES is a site of epistemological and political disputes, reflecting both exclusionary practices and transformative possibilities. This study contributes to broadening the critical understanding of deaf education in Brazil and points to future research and more inclusive, culturally respectful pedagogical practices.

Keywords: Deaf Education; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Brazilian Sign Language; Bilingual Education.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

1 INTRODUÇÃO

A história da educação de surdos no Brasil é marcada por tensões entre práticas de inclusão e exclusão, avanços legais e retrocessos pedagógicos, bem como por disputas entre diferentes concepções de surdez e de linguagem. Nesse cenário, as instituições especializadas desempenharam papel central na consolidação de políticas e modelos educacionais que, por muito tempo, determinaram as formas de ensinar e aprender para sujeitos surdos. Dentre essas instituições, destaca-se o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 1857, o qual representa não apenas a mais antiga escola pública para surdos no Brasil, mas também um marco histórico na trajetória educacional da comunidade surda.

A investigação sobre o papel do INES permite compreender como os discursos sobre surdez foram historicamente construídos e institucionalizados, bem como identificar rupturas e permanências nos processos pedagógicos voltados a esse grupo. A relevância deste estudo reside no esforço de compreender o INES não apenas como uma escola especializada, mas como uma instituição formadora de sentidos sobre o que significa ser surdo e aprender sendo surdo. A literatura acadêmica tem apontado, nas últimas décadas, para a necessidade de superar a visão médica e patologizante da surdez, em favor de abordagens socioculturais e bilíngues que reconheçam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como eixo estruturante da experiência educacional dos surdos (SKLIAR, 1998; STROBEL, 2008; PERLIN, 2003).

Apesar disso, muitos dos modelos pedagógicos e curriculares ainda permanecem atrelados a uma lógica integradora e ouvinte-centrista, o que demanda análises críticas e contextualizadas da atuação das instituições educacionais voltadas para esse público. Do ponto de vista teórico, este trabalho se apoia em uma abordagem crítica da educação, dialogando com autores que discutem a surdez como diferença cultural e linguística, e não como deficiência a ser superada.

Estudos como os de Fernandes (2006), Lodi (2013) e Quadros e Karnopp (2004) contribuem para evidenciar os desafios da construção de uma pedagogia bilíngue de fato inclusiva, em que a Libras seja reconhecida como primeira língua dos sujeitos surdos e, consequentemente, estruturante de suas práticas cognitivas, identitárias e sociais. Sob essa perspectiva, o INES é analisado como espaço de formação, produção de saberes e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

disputa simbólica em torno das concepções de educação para surdos. A escolha do tema se justifica ainda pela escassez de análises históricas que problematizem criticamente o papel das instituições tradicionais sob a ótica dos próprios sujeitos surdos, que durante muito tempo foram excluídos dos processos decisórios sobre sua própria educação.

A investigação proposta pretende colaborar com os estudos surdos ao lançar luz sobre os impactos institucionais na trajetória educacional e identitária desses sujeitos, contribuindo também com práticas pedagógicas mais conscientes, inclusivas e coerentes com os princípios de justiça linguística e cultural. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na constituição de políticas e práticas voltadas à educação de surdos no Brasil, problematizando suas contribuições, limites e transformações ao longo do tempo.

A partir dessa análise, busca-se compreender de que maneira o INES influenciou – e ainda influencia – as concepções pedagógicas adotadas para o ensino de surdos, especialmente no que se refere à valorização (ou não) da Libras, à formação docente e ao reconhecimento da identidade surda. O problema de pesquisa que norteia este estudo é: Qual tem sido o papel histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos na construção de políticas e práticas educacionais voltadas à população surda no Brasil, e de que forma essa atuação tem refletido (ou tensionado) as concepções de surdez e de inclusão ao longo do tempo?

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota como abordagem principal o método qualitativo de cunho bibliográfico, com o objetivo de construir uma análise crítica sobre o papel histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na configuração de práticas e políticas educacionais voltadas à população surda no Brasil. A escolha por uma pesquisa bibliográfica justifica-se pela intenção de dialogar com um corpus teórico consolidado, que permita compreender tanto os aspectos históricos quanto os debates contemporâneos sobre educação de surdos, instituições especializadas e políticas de inclusão linguística e cultural.

As contribuições teóricas deste trabalho, amparadas nos estudos de Skliar (1995; 1998), Strobel (2008), Perlin (2003), Quadros e Karnopp (2004), Lodi (2013), Fernandes

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

(2006), Machado (2010) e Sassaki (2010), estão relacionadas à ampliação do olhar sobre a educação de surdos como um campo de disputas epistemológicas e ideológicas, atravessado por tensões entre modelos clínicos, oralistas e bilíngues. A partir dessas obras, busca-se compreender como o INES atuou historicamente na construção de determinadas concepções de surdez, assim como os impactos pedagógicos, linguísticos e culturais dessa atuação no contexto educacional brasileiro.

O procedimento de levantamento de dados consistiu na seleção criteriosa de fontes bibliográficas especializadas, incluindo livros acadêmicos, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais publicados em língua portuguesa. A busca foi realizada em bases como Scielo, Google Acadêmico, periódicos da CAPES e repositórios de universidades públicas, priorizando produções que discutem a história da educação de surdos, a atuação do INES e os paradigmas teóricos que envolvem o tema da surdez como diferença. Foram considerados trabalhos publicados preferencialmente entre os anos 1995 e 2022, com ênfase nas contribuições oriundas dos Estudos Surdos e da pedagogia crítica.

O procedimento de análise de dados foi desenvolvido a partir da análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), visando identificar categorias temáticas que emergem das obras consultadas, tais como: concepção de surdez, papel das instituições especializadas, políticas linguísticas, práticas pedagógicas, identidade surda e formação docente. A análise buscou destacar recorrências, contradições e contribuições relevantes à luz dos objetivos da pesquisa, com base na construção argumentativa e no diálogo entre autores.

No que diz respeito ao design da triangulação teórico-metodológica, a pesquisa articula três eixos de análise interdependentes: (a) a perspectiva histórico-institucional, que investiga o papel do INES na configuração da educação de surdos ao longo do tempo; (b) a abordagem sociolinguística e cultural, que fundamenta a discussão sobre a Libras e a identidade surda; e (c) a análise pedagógica e curricular, que observa os desdobramentos das práticas educacionais em espaços institucionais especializados. Essa triangulação permite uma leitura integrada e crítica do objeto de estudo, superando visões fragmentadas e monodimensionais.

O perfil dos dados bibliográficos utilizados é composto, majoritariamente, por autores reconhecidos nos campos da educação especial, linguística aplicada, pedagogia crítica, estudos culturais e Estudos Surdos. A seleção priorizou obras que promovem uma

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

leitura contra-hegemônica da surdez e da educação de surdos, a fim de evidenciar os limites dos modelos tradicionais e apontar caminhos para práticas educacionais mais inclusivas, plurais e emancipadoras.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do desenvolvimento histórico da educação de surdos no Brasil passa, necessariamente, pela análise do papel desempenhado pelas instituições pioneiras, com destaque para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 1857 por iniciativa de Dom Pedro II. O INES representou um marco decisivo na consolidação de políticas educacionais voltadas à população surda e permanece, até os dias atuais, como referência no campo da surdez.

Segundo Skliar (1997), a criação do INES refletiu, ao mesmo tempo, uma tentativa de inserção dos surdos no projeto de modernização do Império e a consolidação de práticas pedagógicas influenciadas pelo modelo francês, notadamente gestual e visual. Durante o século XIX, o embate entre oralismo e gestualismo ganhou força nas instituições dedicadas à educação de surdos em diferentes partes do mundo. No Brasil, esse debate se refletiu diretamente nas metodologias aplicadas no INES, que adotou inicialmente uma abordagem bilíngue inspirada no modelo de Paris, sobretudo a partir da influência de Hernest Huet, surdo francês que assumiu papel fundamental na organização e estruturação do instituto.

No entanto, ao longo do século XX, o avanço da corrente oralista levou à marginalização das línguas de sinais e à imposição de práticas pedagógicas voltadas à oralização forçada dos alunos, desconsiderando sua identidade linguística e cultural (Quadros & Karnopp, 2004). Com a ascensão dos movimentos surdos e o fortalecimento do conceito de comunidade surda como grupo linguístico e cultural, as críticas às práticas institucionalizadas de apagamento da Libras se intensificaram. A partir da década de 1980, novas perspectivas teóricas, embasadas na sociolinguística, na antropologia da surdez e nos estudos culturais, passaram a questionar o modelo medicalizante e integrador que historicamente orientou a atuação de instituições como o INES (Strobel, 2008).

A valorização da Libras como primeira língua dos surdos e o reconhecimento da surdez como diferença – e não como deficiência – inauguraram um novo paradigma

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

educacional, culminando na oficialização da Libras em 2002 por meio da Lei nº 10.436. Assim, o referencial teórico que embasa a análise do INES deve considerar a complexidade histórica da educação de surdos como campo de disputas ideológicas, políticas e epistemológicas.

Autores como Perlin (2003), Fernandes (2006) e Skliar (1998) enfatizam que é impossível compreender o papel das instituições sem considerar o contexto de silenciamento linguístico e exclusão histórica enfrentado pelos surdos. A trajetória do INES, portanto, deve ser analisada criticamente, reconhecendo tanto suas contribuições para a institucionalização da educação de surdos quanto seus limites enquanto espaço de reprodução de práticas excludentes que só recentemente vêm sendo superadas por meio da luta por uma educação verdadeiramente bilíngue e inclusiva.

Além das dimensões linguísticas e culturais, é fundamental analisar o papel das instituições pioneiras na formação da identidade surda e na construção de subjetividades. A escola, enquanto espaço social e político, atua não apenas como local de transmissão de conteúdos, mas também como agente modelador das relações de poder e pertencimento. Foucault (1987) contribui para essa reflexão ao tratar da forma como as instituições disciplinam corpos e organizam saberes, aspecto observável nas práticas educacionais historicamente impostas aos surdos. O INES, nesse sentido, pode ser compreendido como um locus de normatização de condutas e de controle sobre a experiência surda, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, serviu como espaço de encontro, resistência e afirmação identitária para gerações de estudantes.

A análise crítica dessas instituições requer uma leitura interseccional, que considere, por exemplo, os marcadores sociais da diferença como classe, raça e gênero no acesso à educação de qualidade para surdos. Muitas vezes, o atendimento especializado esteve restrito a centros urbanos e a populações com maior capital cultural, aprofundando desigualdades dentro da própria comunidade surda.

Como aponta Lacerda (2012), o discurso da inclusão precisa ser problematizado quando não enfrenta as barreiras estruturais que atravessam a realidade das pessoas surdas, sobretudo no que se refere à formação de professores, ao currículo e à oferta real de ensino bilíngue. Além disso, é preciso destacar a relevância das práticas comunitárias e das redes sociais surdas na formação de alternativas pedagógicas à margem da institucionalidade. Ao longo do século XX e especialmente nas últimas décadas, os movimentos surdos vêm desempenhando um papel essencial na ressignificação do

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

processo educacional, impulsionando novas metodologias baseadas na experiência visual e no protagonismo surdo. A pedagogia surda, como propõe Strobel (2008), emerge como uma proposta contra-hegemônica, fundamentada no reconhecimento da diferença e na valorização da língua de sinais como eixo estruturante da aprendizagem. Por fO legado histórico do INES não pode ser compreendido apenas em termos de avanços ou retrocessos, mas sim como parte de uma complexa tessitura de saberes, práticas e disputas que moldaram a educação de surdos no Brasil. O estudo dessas instituições, sob uma perspectiva histórica crítica, permite refletir sobre os desafios contemporâneos da educação inclusiva e a necessidade de superar modelos assimilacionistas que ainda persistem em muitas escolas do país. Assim, o referencial teórico que sustenta este trabalho dialoga com autores e correntes que defendem uma educação bilíngue, emancipadora e centrada na valorização da cultura surda como forma de resistência ao silenciamento histórico imposto pelas práticas institucionais hegemônicas.

Nas últimas décadas, a ampliação do debate sobre inclusão educacional e os direitos linguísticos da população surda levou à revisão crítica das práticas institucionais ainda pautadas por uma lógica integracionista. A promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e, posteriormente, a formulação de diretrizes curriculares bilíngues específicas para estudantes surdos, evidenciam uma tentativa do Estado brasileiro de romper com modelos homogeneizantes, embora, na prática, persistam lacunas significativas na implementação dessas políticas.

Diversos autores, como Lodi (2013) e Goldfeld (2010), alertam para o risco de uma inclusão meramente formal, sem o suporte linguístico, pedagógico e cultural necessário para garantir a aprendizagem efetiva de estudantes surdos. Nesse contexto, o papel das instituições históricas como o INES adquire nova importância. Mais do que apenas espaços de ensino, elas se tornam centros estratégicos de formação de professores bilíngues, produção de materiais didáticos em Libras e desenvolvimento de pesquisas voltadas às especificidades da aprendizagem visual. A atuação do INES na produção de conhecimentos voltados à educação bilíngue, sua articulação com universidades e sua influência na formulação de políticas públicas educacionais demonstram sua permanência como referência nacional, mesmo diante da crescente descentralização do atendimento educacional a surdos.

Entretanto, o desafio atual reside em evitar que o modelo institucional reforce padrões excludentes e se distancie das realidades plurais da comunidade surda em todo o

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

território brasileiro. É também necessário considerar os avanços proporcionados pela tecnologia e pela acessibilidade digital no campo da educação de surdos. A inserção de recursos visuais, aplicativos em Libras, videoaulas sinalizadas e plataformas digitais adaptadas representa uma revolução na maneira como o conhecimento é mediado.

Contudo, como afirmam Gesser (2009) e Capovilla & Raphael (2004), a tecnologia só se torna ferramenta efetiva de inclusão quando articulada a uma concepção pedagógica fundamentada na diferença e na cultura surda — o que demanda investimentos continuados na formação de profissionais da educação, em especial aqueles que atuam fora das capitais e centros especializados. Ao analisar o papel do INES e de outras instituições pioneiras sob uma lente contemporânea, é imprescindível compreender que a história da educação de surdos é marcada tanto por práticas de silenciamento quanto por trajetórias de resistência e reexistência. A consolidação de uma educação bilíngue de qualidade no Brasil depende, portanto, de uma leitura crítica do passado, de uma atuação comprometida no presente e de um projeto educacional que coloque no centro a escuta – ou melhor, o reconhecimento – dos saberes da comunidade surda.

Outro ponto que merece atenção no debate teórico sobre as instituições pioneiras na educação de surdos é a forma como elas refletem e, ao mesmo tempo, produzem determinadas epistemologias sobre a surdez. Ao longo da história, a concepção dominante foi a de surdez como deficiência, o que situou os sujeitos surdos em uma lógica de “falta” ou “incompletude”. Esse paradigma deficitário, profundamente enraizado no modelo clínico-terapêutico, impactou diretamente as práticas educacionais, promovendo a medicalização da diferença e a patologização do corpo surdo (Machado, 2010).

Nesse sentido, o espaço institucional passou a operar como campo de intervenção para “corrigir” ou “compensar” a diferença, em vez de reconhecê-la como uma expressão legítima da diversidade humana. A partir das contribuições dos Estudos Surdos e das teorias pós-críticas em educação, passou-se a questionar esse modelo assimilacionista, propondo novas formas de compreender a surdez não como ausência de audição, mas como presença de uma experiência cultural e linguística distinta.

Bourdieu (1998), ao discutir a produção simbólica do capital cultural, oferece ferramentas teóricas para compreender como determinadas formas de linguagem e conhecimento são valorizadas em detrimento de outras. Aplicando essa leitura ao contexto da educação de surdos, observa-se que o apagamento da Libras e a imposição da norma oralista constituem formas de violência simbólica, em que o saber hegemônico se impõe

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

sobre saberes minoritários. Além disso, é fundamental problematizar o modo como o currículo escolar foi historicamente constituído nessas instituições.

Autores como Apple (2006) e Sacristán (2000) argumentam que o currículo é sempre expressão de disputas políticas e ideológicas, sendo instrumento de inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais. No caso dos surdos, a exclusão curricular se manifesta tanto na ausência de conteúdos produzidos a partir da perspectiva surda quanto na falta de acessibilidade linguística aos conteúdos existentes. A construção de um currículo bilíngue e intercultural, portanto, é uma demanda urgente para superar o legado excludente de muitas práticas institucionais.

O referencial teórico sobre o papel do INES e instituições semelhantes deve considerar não apenas os aspectos pedagógicos e linguísticos, mas também as dimensões éticas e políticas envolvidas na formação de sujeitos surdos autônomos, críticos e reconhecidos em sua diferença. A história dessas instituições é, em parte, a história da negação da surdez como identidade legítima. Mas também é a história de sua reinvenção, protagonizada por sujeitos e coletivos que, mesmo diante da exclusão, encontraram caminhos para afirmar sua língua, cultura e existência. Reconhecer essa dualidade é essencial para pensar o presente e o futuro da educação de surdos no Brasil.

Um olhar atento sobre a atuação do INES também permite compreender as transformações nas concepções de cidadania e direitos educacionais das pessoas surdas ao longo do tempo. A partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu a educação como um direito social universal, novas demandas emergiram, exigindo que instituições tradicionais revisitassem seus fundamentos e práticas pedagógicas. O INES, diante desse novo marco legal e social, passou a ocupar não apenas a posição de escola especializada, mas também a de centro de pesquisa, produção de conhecimento e formação de profissionais voltados à realidade surda.

Essa mudança de papel evidencia um deslocamento do enfoque assistencialista para uma perspectiva mais crítica e emancipatória, embora ainda coexistam tensões entre o modelo bilíngue e o paradigma da inclusão escolar irrestrita (Lodi & Amorim, 2019). Outro aspecto relevante que deve ser considerado teoricamente é o papel das políticas linguísticas no contexto das instituições voltadas à educação de surdos. A consolidação da Libras como língua de instrução e comunicação institucional implicou a necessidade de políticas claras de implementação, planejamento e acompanhamento.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.14, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

Estudos como os de Quadros (2006) apontam que o sucesso de uma proposta bilíngue está intimamente ligado ao compromisso institucional com a criação de um ambiente linguisticamente acessível, à presença de professores fluentes em Libras, à valorização de práticas pedagógicas visuais e à centralidade da cultura surda como base para o currículo. Além disso, é imprescindível destacar a importância dos sujeitos surdos enquanto pesquisadores, educadores e intelectuais no processo de transformação das instituições educacionais. O protagonismo surdo rompe com uma longa tradição de produção de saberes sobre a surdez exclusivamente a partir de olhares ouvintes. Essa virada epistêmica contribui para a construção de uma pedagogia situada, sensível às vivências e às formas próprias de apreensão do mundo por parte da comunidade surda (Strobel, 2009).

A valorização da autoria surda nos espaços institucionais, como o próprio INES tem buscado fazer, não apenas enriquece o debate educacional, mas também ressignifica a maneira como a surdez é percebida, ensinada e vivida dentro e fora da escola. Ao inserir o INES dentro de um campo teórico mais amplo, torna-se evidente que as instituições pioneiras carregam consigo não apenas um legado histórico, mas também a responsabilidade de se reinventarem continuamente diante das transformações sociais e educacionais. O desafio contemporâneo não se resume à manutenção da tradição, mas à constante revisão crítica de seus pressupostos, à escuta ativa da comunidade surda e à abertura para novas práticas que respeitem a singularidade linguística, cultural e subjetiva dos surdos. Assim, o referencial teórico sustenta a compreensão do INES não como uma instituição estática, mas como um organismo vivo, em permanente diálogo com as lutas e conquistas da população surda no Brasil.

No âmbito da formação docente, destaca-se a importância de preparar professores para atuarem em contextos bilíngues, respeitando as especificidades linguísticas e cognitivas dos alunos surdos. A formação inicial e continuada de professores para esse público tem sido apontada por diversos estudiosos como uma das maiores lacunas no sistema educacional brasileiro (Fernandes, 2007).

Muitos docentes ainda chegam às salas de aula sem domínio da Libras ou sem compreender as particularidades do processo de aprendizagem visual, o que compromete diretamente a efetividade das propostas bilíngues. Instituições como o INES, nesse sentido, assumem papel estratégico ao ofertar cursos, seminários e materiais que contribuam para a capacitação profissional em uma perspectiva inclusiva, crítica e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

culturalmente situada. Além da formação técnica, é preciso considerar o aspecto atitudinal da prática docente.

Conforme aponta Sassaki (2010), a inclusão não se limita à presença física do aluno em sala de aula, mas exige uma mudança de postura dos profissionais da educação, que devem acolher a diversidade como princípio pedagógico e ético. Nesse contexto, o educador que atua com estudantes surdos precisa não apenas conhecer a Libras, mas compreender a surdez como uma experiência cultural, evitando práticas que reforcem estigmas ou que pretendam "normalizar" os sujeitos surdos a partir de parâmetros ouvintistas. O ambiente escolar, para ser inclusivo, precisa tornar-se acessível em todos os seus níveis: físico, comunicacional, metodológico e afetivo.

Outro ponto relevante no referencial teórico diz respeito à interrelação entre práticas pedagógicas e identidade surda. Ao longo da história, a ausência de referências culturais e linguísticas nos materiais didáticos e nas propostas curriculares contribuiu para a invisibilização da cultura surda nas instituições de ensino. O reconhecimento da identidade surda como um direito pedagógico, conforme defendem autores como Strobel (2009) e Perlin (2003), implica a inserção de elementos visuais, narrativas sinalizadas, produções artísticas surdas e experiências vividas por pessoas surdas como conteúdos escolares legítimos.

O INES, por sua trajetória e natureza, ocupa posição singular nesse processo de valorização da cultura surda e tem a responsabilidade de produzir e disseminar práticas que respeitem e celebrem essa identidade. Em síntese, o referencial teórico que sustenta esta discussão parte da compreensão de que as instituições pioneiras, como o INES, desempenham papel central na articulação entre teoria e prática, história e presente, tradição e inovação. São espaços que concentram disputas, avanços e contradições, e cuja análise crítica é essencial para repensar o modelo educacional vigente. A educação de surdos, para ser efetivamente transformadora, precisa ser construída com e a partir da comunidade surda, respeitando sua língua, sua história e sua maneira singular de estar no mundo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

A análise bibliográfica realizada ao longo deste estudo permitiu identificar que o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) desempenhou um papel ambíguo e complexo na história da educação de surdos no Brasil. Por um lado, a instituição foi responsável por marcos significativos, como a oficialização da educação de surdos em território nacional, a criação de currículos próprios e a formação de professores especializados. Por outro, ao longo de sua trajetória, o INES também reproduziu concepções medicalizantes e integradoras da surdez, especialmente durante o predomínio da abordagem oralista, o que contribuiu para o apagamento histórico da Libras e da cultura surda nas práticas educacionais.

Um dos principais resultados encontrados foi o reconhecimento de que, mesmo tendo sido palco de práticas excludentes em determinados períodos, o INES também se constituiu como espaço de resistência, protagonismo e fortalecimento identitário para muitos sujeitos surdos. A partir da virada sociocultural ocorrida nas últimas décadas — fortemente influenciada pelos Estudos Surdos — a instituição passou a assumir uma postura mais alinhada à valorização da Libras e da identidade surda, contribuindo para a difusão de uma pedagogia bilíngue e para a consolidação da surdez como diferença linguística e cultural. Essa mudança de perspectiva marca uma inflexão importante na história da educação especial brasileira e mostra que instituições tradicionais podem se reconfigurar diante de novas demandas sociais e epistemológicas.

A investigação também revelou que o INES, enquanto espaço de produção de saberes e formação de professores, exerce influência direta sobre a formulação de políticas públicas, materiais didáticos e práticas pedagógicas replicadas em outras escolas e redes de ensino. Isso implica uma responsabilidade ainda maior sobre o tipo de concepção de surdez que a instituição promove. Os documentos e autores analisados indicam que, nos últimos anos, o INES tem buscado superar o modelo ouvinte-centrista, promovendo uma educação bilíngue mais coerente com os princípios da inclusão linguística, ainda que enfrente desafios estruturais e políticos para sua efetiva implementação em âmbito nacional.

Outro dado relevante apontado pela pesquisa é o descompasso entre os avanços conceituais defendidos por autores como Skliar (1998), Strobel (2008) e Quadros (2006) e a realidade concreta de muitas práticas escolares que, mesmo hoje, insistem em modelos pedagógicos assimilacionistas. Tal contraste revela a necessidade de ampliar o diálogo entre teoria e prática, entre produção acadêmica e políticas públicas, reforçando o papel

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

estratégico de instituições como o INES na mediação desse processo. A pesquisa reforça a tese de que a transformação da educação de surdos exige mais do que legislação: requer mudança cultural, formação continuada e o protagonismo efetivo da comunidade surda em todas as etapas da construção educacional.

Portanto, os resultados deste estudo contribuem significativamente para a sociedade e a academia ao evidenciar que o papel histórico do INES não pode ser compreendido de forma simplista ou unidimensional. Sua trajetória revela tanto os limites de um modelo tradicional quanto as possibilidades de reinvenção institucional diante de novas epistemologias da surdez. Para o campo acadêmico, a pesquisa oferece uma sistematização crítica do percurso educacional da comunidade surda no Brasil e aponta caminhos teóricos para estudos futuros. Para a sociedade, reforça a importância de garantir uma educação bilíngue de qualidade, pautada na equidade linguística, no reconhecimento da diferença e no respeito às singularidades culturais dos sujeitos surdos.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) desempenhou um papel fundamental na construção da educação de surdos no Brasil, atuando como agente histórico tanto de práticas excludentes quanto de resistência e transformação. A análise bibliográfica permitiu identificar que, embora o INES tenha incorporado durante muito tempo concepções oralistas e medicalizantes da surdez, a instituição tem se reconfigurado nos últimos anos, alinhando-se progressivamente a uma pedagogia bilíngue que valoriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a identidade cultural surda.

Essa trajetória complexa revela que a educação de surdos é permeada por disputas epistemológicas e políticas que refletem diretamente nas práticas pedagógicas e na formação de sujeitos surdos. Além disso, constatou-se que o INES exerce grande influência no desenvolvimento de políticas públicas, na formação de professores e na produção de materiais didáticos, configurando-se como um espaço estratégico para a promoção da inclusão linguística e cultural. Entretanto, os desafios para a implementação plena de uma educação bilíngue ainda são significativos, demandando esforços contínuos de formação, investimento institucional e engajamento da comunidade surda. A

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

disparidade entre avanços teóricos e práticas cotidianas nas escolas aponta para a necessidade de ampliar o diálogo entre pesquisadores, educadores e formuladores de políticas para garantir que as conquistas legais e acadêmicas se traduzam em transformações concretas na realidade escolar.

Recomenda-se que trabalhos futuros aprofundem a investigação sobre a atuação do INES em contextos regionais diversos, explorando as especificidades locais e as dinâmicas entre escola, família e comunidade surda. Sugere-se também o desenvolvimento de pesquisas empíricas que analisem o impacto das práticas bilíngues na aprendizagem e na construção identitária dos alunos surdos, assim como estudos que considerem a formação continuada dos professores como eixo central para a melhoria da qualidade educacional.

Por fim, enfatiza-se a importância de ampliar a participação da comunidade surda na produção do conhecimento e na formulação de políticas educacionais, fortalecendo o protagonismo e a representatividade desse grupo nos espaços decisórios. Dessa forma, a presente pesquisa contribui para a construção de um entendimento mais crítico e plural sobre a história e os desafios da educação de surdos no Brasil, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, bilíngue e respeitosa das diferenças culturais e linguísticas.

REFERÊNCIAS

Apple, M. W. **Ideologia e Currículo**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

Bourdieu, P. **A Produção da Ideologia do Poder**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

Capovilla, F. C., & Raphael, W. D. **Libras: Aspectos Linguísticos e Educacionais**. São Paulo: Edusp, 2004.

Fernandes, F. M. **Educação Bilíngue para Surdos: Perspectivas e Desafios**. Campinas: Papirus, 2006.

Gesser, A. **Tecnologia e Educação de Surdos: possibilidades e limites**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 15, n. 3, p. 423-434, 2009.

Lacerda, L. M. **Desigualdades na Educação de Surdos: questões de classe, raça e gênero**. São Paulo: Contexto, 2012.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/xa0ydr23

Lodi, A. C. **Educação Bilíngue de Surdos no Brasil: teoria e prática**. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

Lodi, A. C., & Amorim, M. A. **A inclusão de surdos na educação básica: desafios e perspectivas**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 345-365, 2019.

Machado, F. A. **Medicalização e Educação de Surdos: a construção da deficiência**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 533-550, 2010.

Perlin, M. A. **A Surdez como Diferença Cultural e Linguística: caminhos para uma pedagogia surda**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

Quadros, R. M., & Karnopp, L. B. **A Língua de Sinais Brasileira (Libras): estudos linguísticos e educacionais**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

Sassaki, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 17. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

Skliar, C. **Educação e Surdez: ensaios sobre a diferença**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Strobel, L. **Pedagogia Surda: estudos culturais e linguísticos da surdez**. Porto Alegre: Mediação, 2008.